



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2024

LICITAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME's/EPP's – LEI DISTRITAL Nº 4.611/2011

Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas Leis Distritais nºs 4.611/2011 e 4.770/2012, pelo Decreto Distrital nº 44.430/2023 e pelas demais legislações aplicáveis.

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fotografia, sob demanda, em eventos e ações institucionais (palestras, seminários, congressos, capacitações, reuniões, solenidades, sessões especiais), para o atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

DATA: 27.02.2024

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 14h30min

ENDEREÇO ELETRÔNICO

www.gov.br/compras

PROCESSO

00600-00007144/2023-13

ESTIMATIVA

R\$ 54.055,20

DATA DA ESTIMATIVA

26.12.2023

FORMA

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (SOB DEMANDA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO

UASG:

974003

PREGOEIRA:

Alessandra Ribeiro Astuti

EQUIPE DE APOIO:

Wildson Prado Oliveira

Polyana Mota Resende Brant

ENDEREÇO: Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti

CEP 70075-901, Brasília, DF.

CNPJ: 00.534.560/0001-26.

TELEFONE: (61) 3314-2742/3314-2202

EMAIL: pregao.tcdf@tc.df.gov.br

OBSERVAÇÃO: O Edital ficará disponível nos sítios www.tc.df.gov.br/web/site/licitacoes ou www.gov.br/compras. Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no sítio www.gov.br/compras, não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao TCDF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido sítio.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados por despacho do dia de 26.01.2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá até as **14h30min do dia 27.02.2024 (horário de Brasília)**, PROPOSTAS para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fotografia, sob demanda, em eventos e ações institucionais (palestras, seminários, congressos, capacitações, reuniões, solenidades, sessões especiais), para o atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conforme a quantidade e especificações estabelecidas neste Edital e seu(s) anexo(s). A licitação será do tipo **MENOR PREÇO**, modalidade Pregão, em sua forma eletrônica. Os procedimentos desta licitação serão regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas Leis Distritais nos 4.611/2011 e 4.770/2012, pelo Decreto Distrital nº 44.430/2023 e pelas demais legislações aplicáveis.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fotografia, sob demanda, em eventos e ações institucionais (palestras, seminários, congressos, capacitações, reuniões, solenidades, sessões especiais), para o atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conforme a quantidade e as especificações estabelecidas neste Edital e em seu(s) anexo(s).

1.2 Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Sistema *de Compras do Governo Federal: Compras.gov.br* e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 54.055,20 (cinquenta e quatro mil, cinquenta e cinco reais e vinte centavos)**, que será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, com o seguinte enquadramento:



Programa de Trabalho		Natureza da Despesa		FT
Código Subatividade	Descrição			
01.131.6231.8505.0026	Publicidade e Propaganda Institucional - TCDF	3.3.90.39.59	Outros Serviços de Terceiros - PJ	100

CAPÍTULO III – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

3.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, mediante petição a ser enviada exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço de e-mail pregao.tcdf@tc.df.gov.br.

3.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação ou responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

3.2.1. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos, bem como outros avisos de ordem geral, serão divulgadas pelo sistema no sítio www.gov.br/compras, e vincularão os participantes e a administração, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento..

3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

3.5. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

3.5.1 O não atendimento ao disposto neste item terá como consequência o recebimento da impugnação como pedido de esclarecimento, caso encaminhada no prazo previsto no item 3.1 deste Edital.

3.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Os interessados deverão estar previamente credenciados perante o Sistema Eletrônico, por meio do sítio www.gov.br/compras.

4.2. Para ter acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas quando do credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

4.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCDF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4 Não poderão disputar desta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

4.4.1 as empresas que:

- I. não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- II. nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, estejam impedidas de licitar ou contratar com o Distrito Federal (inc. III c/c §4º), ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (inc. IV c/c §5º);

4.4.2 as pessoas físicas e/ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 14, da Lei nº 14.133/2021 ou naquelas previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

4.4.3 Também, não poderão participar desta licitação, as empresas que não estejam enquadradas na condição de entidades preferenciais, assim consideradas as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em conformidade com o que preceitua o art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011.

CAPÍTULO V –DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar proposta, preferencialmente preenchida na forma do Anexo IV (Modelo da Proposta de Preços), exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no Sistema Eletrônico, o **VALOR UNITÁRIO OFERTADO POR ITEM**, considerando e incluindo todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.1.1.1 Os preços unitários e totais da proposta a ser encaminhada por meio do Sistema de Compras do Governo Federal: *Compras.gov.br* não poderão exceder a 02 (duas) casas decimais. Havendo necessidade de arredondamento, este deverá dar-se para menor.

5.1.2. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital.

5.1.3. Nessa fase não haverá ordem de classificação das propostas, observado o disposto no Capítulo VII deste Edital (DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES).

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. As propostas ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico e a existência de qualquer elemento que possa identificar o licitante importará a sua desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.2. As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, sendo que os licitantes ficam liberados dos compromissos caso não sejam convocados para contratação dentro do prazo de validade ofertado.

5.2.1. Caso a proposta seja omissa quanto ao prazo de validade, este será considerado como aceito pelo licitante para todos os efeitos.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos;

5.3.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.3.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4. O licitante enquadrado como uma das entidades preferenciais, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei.

5.4.1. O tratamento diferenciado, no âmbito deste Edital, concedido às microempresas e às empresas de pequeno porte, estende-se também, como entidades preferenciais, ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município, que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite supracitado, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

5.4. A falsidade de quaisquer das declarações de que tratam os itens 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação.

5.5. Essa fase será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

CAPÍTULO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

- 6.1 A sessão pública deste pregão será aberta automaticamente pelo Sistema Eletrônico na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <http://www.gov.br/compras>.
- 6.2 Durante a sessão pública, somente será considerada oficial a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrida exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico.
- 6.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

CAPÍTULO VII – DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. Para este certame será adotado, para o envio de lances, o modo de disputa aberto, na conformidade com o inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021 c/c o artigo 124 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, observados os critérios a seguir.
- 7.2 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 7.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.5 Observado o disposto no item 7.4, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

- 7.6. No caso de lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 7.8. A etapa de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item 7.8 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratarem de lances intermediários.
- 7.8.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.8 e 7.8.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.8.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.8.2, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 7.8.4. Atendendo ao disposto ao art. 57 da Lei Federal nº 14.133/2021, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 9,00 (nove reais)**.
- 7.9. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.10. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o TCDF, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.11. Encerrada a fase de lances sem que tenha havido disputa, ocorrendo empate entre 02 (dois) ou mais licitantes, mesmo após a aplicação do disposto nos capítulos VIII e IX deste Edital, conforme art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, a qual será mensurada a partir das anotações realizadas no SICAF, tendo como parâmetros preferencialmente a ser utilizados os registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - a. em primeira instância, a empresa que tiver o menor número de sanções de multa; e
 - b. permanecendo o empate, a empresa que tiver o menor número de sanções de advertência.
 - III. desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
 - IV. desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, em conformidade com a Lei Federal nº 12.846/2013.
- 7.11.1. Permanecendo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I. empresas estabelecidas no Distrito Federal;
 - II. empresas brasileiras;
 - III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

CAPÍTULO VIII - DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA

8.1 A presente licitação é destinada à participação exclusiva das entidades preferenciais, assim consideradas as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em conformidade com o que preceitua o art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011, não havendo, portanto, possibilidade de ocorrer o empate ficto previsto na citada Lei Complementar.

8.1.1 Nos termos do disposto no art. 4º §2º da Lei nº 14.133/2021, as entidades preferenciais, microempresa ou empresa de pequeno porte, que desejarem se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar declaração específica de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública nos quais os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

CAPÍTULO IX – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

9.1 Neste certame não se aplica o direito de preferência previsto no Decreto Federal nº 7.174/2010, que dispõe sobre o regulamento da contratação de bens e serviços de informática e automação no âmbito da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO X – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, e do art. 1º da Lei Distrital nº 5.525/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 39.453/2018, serão desclassificadas as propostas que:

- 10.1.1. contiverem vícios insanáveis;
- 10.1.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 10.1.3. não estiverem em conformidade com quaisquer outras exigências contidas neste ato convocatório, desde que insanável;
- 10.1.4. apresentarem, após a fase de disputa, valores unitários superiores aos estimados no Anexo III (Planilha de Especificações Técnicas e Estimativa de Preços) ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter a sua viabilidade demonstrada por meio de documentação comprobatória de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
 - 10.1.4.1. Caso seja apresentada proposta com valores unitários superiores ao definido na condição prevista no subitem 10.1.4, o licitante poderá ajustar o valor proposto ao estabelecido, após solicitação do Pregoeiro, por meio de diligência,

mediante apresentação da proposta ajustada em sessão pública eletrônica, desde que não eleve outros itens como forma de compensação.

10.1.4.2. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza hipótese de desclassificação da proposta.

10.2. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.3. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances.

10.4 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para o respectivo lote, deverá encaminhar, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável nos termos do §2º do art. 130 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, contado da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema de Compras do Governo Federal: Compras.gov.br, a proposta de preço adequada ao último lance, preferencialmente preenchida na forma do Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços, juntamente com

10.4.1 a declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, se for o caso;

10.4.2. a documentação complementar relativa à habilitação (Capítulo XII);

observando-se, ainda, o disposto no item 5.1.1.1 deste Instrumento.

10.5. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme as disposições do Edital.

10.6. Havendo necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, esses deverão ser encaminhados na forma do item 10.4.

10.7. Para efeito do julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas relativas aos documentos, desde que não alterem suas substâncias e sua validade jurídica, mediante

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema de Compras do Governo Federal: Compras.gov.br, poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, ao Serviço de Licitação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, localizado no 2º Andar do Edifício Anexo do TCDF, Edifício Palácio Costa e Silva, CEP 70075-901, Brasília/DF.

10.9. Havendo a necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.7 ou o recebimento dos documentos solicitados na forma do item 10.8, a sessão pública somente será reiniciada após aviso prévio no Sistema Eletrônico com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, com registro em ata.

10.10. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.11. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Capítulo, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.12. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda a este Edital e seus anexos.

10.13. O Pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não sendo admitida negociação de condições diferentes daquelas previstas no Edital.

10.14. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante com proposta de MENOR PREÇO POR ITEM será declarado vencedor, ressalvada a eventual necessidade de apresentação de amostra, restando pendente, ainda, a verificação dos documentos de habilitação.

CAPÍTULO XI – DA AMOSTRA

16.1 Não se exigirá demonstração dos serviços/produtos ofertados.

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

12.2. O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que as supram.

12.3. O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

- I. **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. III do art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;
- II. **registro comercial**, no caso de empresário individual; ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- III. **Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidão(ões)** que comprove(m) que a empresa tenha executado, ou que esteja executando, para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, serviços de fotografia em eventos e ações institucionais, por um período mínimo de 6 (seis) meses.

12.3.1. A não apresentação do documento constante do inciso I não implicará a inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.

12.4. O licitante que deixar de enviar a documentação indicada neste Capítulo, será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.5. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

12.6 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando documentos comprobatórios da execução dos serviços, tais como: cópias do contrato que deu suporte à contratação ou de sua nota fiscal, endereço atual do emissor do atestado, local em que foram prestados os serviços/fornecimento etc, não se configurando o presente rol como taxativo, mas apenas exemplificativo.

12.7. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos na data de abertura da licitação, deverão ser remetidos pelo licitante, no mesmo prazo estipulado no item 10.4, contados da solicitação do pregoeiro.

12.7.1 No relatório de consulta ao SICAF, emitido para cumprimento do item 12.1, deverá constar, no mínimo, a regularidade com os seguintes entes, em plena validade:

12.7.1.1 Receita Federal e PGFN;

12.7.1.2 Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS);

12.7.1.3 Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT);
e

12.7.1.4 Receita Estadual/Municipal/Distrital.

12.8. Em caráter de diligência, o Pregoeiro poderá solicitar, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema de Compras do Governo Federal: *Compras.gov.br*, bem como poderá solicitar correções ou saneamento de omissões na proposta e documentação remetidas.

12.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

12.10. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.11. As exigências de habilitação de licitante estrangeiro serão atendidas mediante documentos equivalentes, os quais poderão inicialmente ser entregues traduzidos para língua portuguesa por tradução livre.

12.11.1. Caso o licitante vencedor seja estrangeiro, para fins de assinatura do contrato, os documentos de que trata esse item deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos dispostos no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.12. Tratando-se de entidades preferenciais, nos termos do item 5.5, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, observada a declaração de que trata o item 5.5 deste Edital.

12.13. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.14. Para a assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.

12.14.1. Caso o vencedor da licitação não comprove as condições de habilitação consignadas no edital ou se recuse a assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, comprovados os requisitos para habilitação e analisada a proposta e eventuais documentos complementares.

12.14.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.14.1, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

12.14.2.1 convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

12.14.2.2 adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

CAPÍTULO XIII – DA SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA E DA COTA RESERVADA

13.1 Por tratar-se de licitação com participação exclusiva das entidades preferenciais, assim consideradas as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, observado o item 5.4.1, não haverá cota reservada para as entidades preferenciais prevista no art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011, bem como a subcontratação compulsória prevista no art. 27 dessa Lei.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, após o julgamento das propostas de preços e da habilitação, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade competente a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

14.1.2 O licitante que registrar intenção de recurso deverá apresentar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

14.2 Para fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar, a partir do encerramento da fase de lances, vista dos autos, que permanecerão franqueados aos recorrentes no Serviço de Licitação do TCDF, bem como no sistema de processo

eletrônico do TCDF, no sítio <http://www.tc.df.gov.br/>, link “Consulta Processual”, “Consulta Rápida”, por meio do número do processo indicado na capa deste Edital.

14.3 Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da adjudicação do objeto e homologação do procedimento.

14.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do certame, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO XVI – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

16.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade resultante de fato superveniente devidamente comprovado e deverá anulá-la, de ofício ou mediante provocação de terceiros, por ilegalidade insanável

16.1.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII – DA CONTRATAÇÃO

17.1. A contratação será regida, especialmente, pelos itens constantes do Anexo I (Termo de Referência), a seguir elencados:

Anexo I do Edital – Termo de Referência	
17.1.1 - DO INSTRUMENTO DE AJUSTE	Item 4.2
17.1.1.1 - DO CONTRATO	Anexo VII
17.1.2. - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Anexo II



17.1.3 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE	Item 5.2
17.1.4 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	Item 5.3
17.1.5. - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS	Item 8
Anexo VII (Minuta do Contrato)	
17.1.6. - DA VIGÊNCIA	Cláusula 3ª
17.1.7. - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Cláusula 4ª
17.1.8. - DO REAJUSTE DE PREÇOS	Cláusula 6ª
17.1.9. - DA FISCALIZAÇÃO	Cláusula 10ª
17.1.10. - DA GARANTIA CONTRATUAL	Cláusula 11ª
17.1.11. - DO RECEBIMENTO DO OBJETO	Cláusula 12ª
17.1.12. - DO PAGAMENTO	Cláusula 13ª
17.1.13. - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS	Cláusula 14ª

17.2 Além do disposto no item 17.1, a contratação deverá obedecer às demais cláusulas do Anexo I do Edital – Termo de Referência.

CAPÍTULO XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 São partes integrantes deste Edital o Anexo I (Termo de Referência), Anexo II (Especificações Técnicas), Anexo III (Planilha Estimativa de Preços), Anexo IV (Modelo da Proposta de Preços), Anexo V (Modelo de Cessão de Direitos Autorais), Anexo VI (Modelo da Ordem de Serviço (OS) e Anexo VII (Minuta de Contrato).

18.2 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente Edital e seus anexos e submissão total às normas nele contidas.

18.3 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

18.4 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

18.5 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

18.6 Em caso de divergência entre as disposições contidas em normas infralegais e aquelas contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

18.7 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do TCDF, sem prejuízo do disposto no art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

18.8 Nos termos do artigo 1º da Lei Distrital nº 5.061/2013, c/c o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, é estritamente vedado o uso de mão de obra infantil.

18.8.1 O uso ou o emprego da mão de obra infantil poderá constituir motivo para a rescisão do ajuste e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

18.9 Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017, é estritamente proibido o uso ou o emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do ajuste e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

18.10 Sem prejuízo do disposto no Item 3.2.1:

18.10.1 o esclarecimento de dúvidas de ordem técnica (Anexos I a VII) poderá ser realizado junto ao Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM), por meio dos telefones (61) 3314-2380, no horário de 13h00 a 18h30.

18.10.2 o esclarecimento de dúvidas sobre o Edital poderá ser realizado junto ao Serviço de Licitação (SELIC), por meio dos telefones (61) 3314-2742 e 3314-2202, no horário de 13h00 a 18h30.

18.11 Para todos os atos praticados em decorrência deste Edital, deverá sempre ser observado o horário de Brasília/DF.



18.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, quando definidos em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.12.1. Somente se iniciam ou vencem os prazos em dias que haja expediente neste Tribunal de Contas do Distrito Federal.

18.12.2. Para os fins do item 18.12, serão considerados dias úteis aqueles definidos no calendário oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, salvo aqueles envolvendo prazos definidos automaticamente pelo Sistema *de Compras do Governo Federal: Compras.gov.br*.

CAPÍTULO XIX – DO FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao presente Pregão.

Brasília - DF, em 02 de fevereiro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE

Alessandra Ribeiro Astuti

Chefe-Substituta do Serviço de Licitação



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

ANEXO I

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	
TERMO DE REFERÊNCIA N.º 64/2023	
OBJETO	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fotografia, sob demanda, em eventos e ações institucionais (palestras, seminários, congressos, capacitações, reuniões, solenidades, sessões especiais), para o atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).
PROCESSO	00600-00007144/2023-13
ESTIMATIVA	R\$ 54.055,20
DATA DA ESTIMATIVA	26.12.2023
REGIME	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (SOB DEMANDA)
JULGAMENTO	MINOR PREÇO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
ÁREA ADMINISTRATIVA Oswaldo Junqueira Vaz Júnior Darlan Lima Carneiro	TELEFONE: (61) 3314-2870 EMAIL: spc@tc.df.gov.br
ÁREA TÉCNICA E REQUISITANTE Polyana Mota Resende Brant Joelma da Silva Trindade Maria do Carmo Lima de Vasconcelos	TELEFONE: (61) 3314-2380 EMAIL: imprensa@tc.df.gov.br joelma@tc.df.gov.br mariavasconcelos@tc.df.gov.br

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fotografia, sob demanda, em eventos e ações institucionais (palestras, seminários, congressos, capacitações, reuniões, solenidades, sessões especiais), para o atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Disponibilidade permanente de serviços de fotografia em geral, para registrar os eventos e ações institucionais (palestras, seminários, congressos, capacitações, reuniões, solenidades, sessões especiais etc), e outras ações do TCDF, como atividades em outros locais do Distrito Federal em que a Corte se faça presente por meio de seus membros e servidores.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de direito

2.2.1.1. Conforme estabelecido no art. 77, inciso X do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, aos ocupantes de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções de confiança de direção, chefia e supervisão, incumbem as seguintes atribuições inerentes ao papel gerencial e de caráter geral:

2.2.1.1.1. Explicitar a necessidade, a motivação, os resultados a serem alcançados, a especificação técnica, as quantidades e o orçamento de contratação de bens e serviços pertinentes a sua área de atuação.

2.2.2. Razões de fato

2.2.2.1. No desempenho de suas funções institucionais, o TCDF desenvolve uma série de atividades que precisam ser registradas por meio da captura e armazenamento de imagens, para diversas finalidades, como arquivo de memória e

de prova, atendimento aos princípios da publicidade e transparência, e desempenho de ações de comunicação com a sociedade.

2.2.2.2. O Tribunal não dispõe, em seus quadros de servidores efetivos e comissionados, de técnicos especializados para a execução de serviços de fotografia, tampouco de equipamentos adequados, que possam proporcionar, à Corte, a formação de acervo de imagens de qualidade e tratamento em nível profissional.

2.2.2.3. A disponibilidade permanente de serviços profissionais de fotografia tem como objetivo auxiliar a Assessoria de Comunicação Institucional - Ascom na produção de matérias, notas, esclarecimentos e publicações a serem divulgadas no site oficial, Intranet, e redes sociais do TCDF, e em outros meios de comunicação, bem como alimentar o banco de imagens da Corte.

2.2.2.4. Destaque-se ainda que a composição do acervo fotográfico, além de contribuir com a divulgação das atividades do TCDF, possibilita também o desenvolvimento dos trabalhos que são de competência da Coordenadoria de Gestão de Documentos e Preservação da Memória Institucional.

2.2.2.5. Além disso, a contratação visa atender às demandas dos demais setores do Órgão, nos casos em que sejam necessários registros com imagens de alta resolução e qualidade, como para a instrução de processos de fiscalização, produção de revistas técnicas, apresentações, relatórios de atividades, informativos e outras publicações.

2.2.2.6. Nesse contexto, registre-se que, no âmbito do TCDF, a disponibilização de serviços especializados de fotografia constitui necessidade permanente do Órgão, sendo historicamente objeto de contratação anual.

2.2.2.7. Dessa forma, a presente demanda se enquadra no conceito de serviço contínuo, uma vez que tem como objetivo promover a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidades permanentes, conforme descrito no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1. Garantir a obtenção de fotografias profissionais e de alta qualidade, sob demanda, para suprir atividades de produção de conteúdo de publicidade das ações do TCDF, no site oficial, Intranet, redes sociais e em outros meios de divulgação, bem como as atividades de instrução processual e de produção de outras publicações.

2.3.2. Manter atualizado o banco de imagens, para atendimento das necessidades da Assessoria de Comunicação Institucional – ASCOM, bem como dos demais setores do TCDF.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. As especificações técnicas e as condições de prestação dos serviços de fotografia, bem como as quantidades e valores estimados, para o período de vigência contratual, estão contemplados no Anexo II (Especificações Técnicas) e no Anexo III (Estimativa de Preço) do Edital.

3.2. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS

3.2.1 Em caso de dúvida técnica, é conveniente o contato do interessado com a Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) do TCDF, localizada na Praça do Buriti, Edifício Anexo do TCDF, telefones (61) 3314-2380 / 3314-2392, das 13h às 18h30.

4. DO MODELO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.1. DO MODELO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1.1. Os serviços serão prestados, sob demanda, pelo regime de empreitada por preço unitário, mediante a emissão de Ordem de Serviço (O.S). Na prestação dos serviços, deverão ser observadas as condições, especificações e os padrões de qualidade exigidos no presente Instrumento e no Anexo II do Edital (Especificações Técnicas).

4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Título III (Dos Contratos Administrativos) da Lei nº 14.133/2021, o presente Instrumento, o Edital de licitação, seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes do Instrumento de Contrato (Anexo VII do Edital).

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Instrumento de Contrato no prazo

de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o Item 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Instrumento.

4.2.5. Previamente à assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar documentalmente o cumprimento da exigência de equidade salarial em seu quadro de funcionários, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do resultado da licitação, prorrogável, justificadamente, por igual período e uma única vez, em conformidade com o art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020.

4.2.5.1. Caso a empresa não conte com mecanismos de garantia de equidade salarial, poderá apresentar, no mesmo prazo estabelecido nesse item, plano para adoção das ações elencadas no inciso II do art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020, ou outras que visem ao alcance do mesmo objetivo, com prazo para implantação de no máximo 90 (noventa) dias.

4.2.6. A empresa vencedora de processo licitatório que não aceite as condições impostas no item 4.2.5, ficará impedida de assinar o respectivo termo de contrato, ficando a Administração Pública autorizada a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, de acordo com o disposto pela Lei Federal nº 14.133/2021.

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no

conceito de delegação de responsabilidades. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

5.1.2. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.2.1. **À CARGO DO CONTRATANTE:**

5.1.2.1.1. **GESTOR DO CONTRATO:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado pela autoridade competente.

5.1.2.1.2. **FISCAL TÉCNICO:** é o servidor ou a comissão designada pelo CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos serviços.

5.1.2.2. **À CARGO DA CONTRATADA:**

5.1.2.2.1. **PREPOSTO:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal perante o CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento.

5.1.2.2.2. A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados.

5.1.2.2.3. Para evitar que o CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao Preposto, deverá ser indicado um substituto.

5.1.2.2.4. É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 5.2.1. Designar servidor ou comissão, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;
- 5.2.2. Relacionar-se com a CONTRATADA somente por meio de pessoas por ela credenciadas;
- 5.2.3. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no ato convocatório e demais anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas;
- 5.2.4. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;
- 5.2.5. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados e representantes da CONTRATADA às dependências do TCDF, para fins de execução contratual, desde que devidamente identificados e acompanhados, sempre que necessário, por representante do CONTRATANTE;
- 5.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários pertinentes à execução contratual, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus empregados e representantes;
- 5.2.7. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, após o adimplemento da obrigação;
- 5.2.8. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências no instrumento de ajuste;
- 5.2.9. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente Instrumento e demais anexos;
- 5.2.10. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;
- 5.2.11. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das

condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;

5.2.12. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, por eventuais descumprimentos das obrigações assumidas;

5.2.13. Notificar a CONTRATADA, previamente, para a realização das saídas profissionais, quando da cobertura dos eventos realizados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, informando o nome do evento, o período de realização, hora, local, tipo e previsão estimada de tempo com, no mínimo, 4 (quatro) horas de antecedência.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.3.1. Realizar a cobertura dos eventos realizados pelo TCDF, de acordo com as solicitações recebidas, nos locais, datas e horários definidos, dentro da região do Distrito Federal;

5.3.2. Acatar o Instrumento de Medição de Resultados – IMR (Anexo II), as demais determinações contratuais e as orientações fornecidas pela fiscalização do CONTRATANTE a cada demanda específica de serviço;

5.3.3. Indicar nome e telefone para comunicação e notificação, para o atendimento das demandas, e para o esclarecimento de dúvidas de qualquer natureza quanto aos serviços a serem executados;

5.3.4. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, e demais custos inerentes à prestação do serviço;

5.3.5. Responder integralmente pelas perdas e danos que causar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, sem prejuízo de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeita;

5.3.6. Atender às notificações de prestação de serviço, dentro do prazo estabelecido, em conformidade com a Ordem de Serviço (O.S.) emitida pelo CONTRATANTE;

5.3.7. Executar a prestação do serviço diretamente, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, utilizando

equipamentos, insumos e acessórios que atendam aos padrões de qualidade e eficiência exigidos no Edital e em seus anexos, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento;

5.3.8. Ajustar-se à ocorrência de fato novo, decorrente de força maior ou de caso fortuito, ficando ao critério do CONTRATANTE modificar o horário dos eventos a serem realizados, o qual será previamente informado à CONTRATADA;

5.3.9. Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento licitatório;

5.3.10. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que eventualmente lhe sejam aplicadas por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais;

5.3.11. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

5.3.12. Executar os serviços objeto do contrato, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem ao CONTRATANTE, podendo este solicitar a substituição daquela, cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente;

5.3.13. Manter todos os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachás, sempre que estiverem prestando serviço nas dependências do TCDF, observando e respeitando as normas de segurança interna;

5.3.14. Assumir a responsabilidade total pelo transporte, carga e descarga dos equipamentos, acessórios e dos profissionais designados para a prestação dos serviços;

5.3.15. Responder como única responsável, durante a vigência do contrato, perante terceiros, pelos atos praticados por seus funcionários, excluindo o TCDF de qualquer reclamação ou indenização;

5.3.16. Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do executor do contrato designado pelo CONTRATANTE;

5.3.17. Contratar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o TCDF, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, previdenciárias, trabalhistas e fiscais;

5.3.18. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços prestados;

5.3.19. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.4. **DA FISCALIZAÇÃO**

5.4.1. As disposições que tratam sobre FISCALIZAÇÃO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII do Edital (Minuta do Contrato).

5.5. **DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS**

5.5.1. As disposições que tratam sobre VIGÊNCIA E PRAZOS constam de CLÁUSULAS CONTRATUAIS do Anexo VII do Edital (Minuta do Contrato).

5.6. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.6.1. As disposições que tratam sobre RECEBIMENTO DO OBJETO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII do Edital (Minuta do Contrato).

5.7. **DO PAGAMENTO**

5.7.1. As disposições que tratam sobre PAGAMENTO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII do Edital (Minuta do Contrato).

5.8. **DO REAJUSTE DE PREÇO**

5.8.1. As disposições que tratam sobre REAJUSTE DE PREÇO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII do Edital (Minuta do Contrato).

5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 (caput), e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.10. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA deverá ser utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. Mensagens eletrônicas (e-mail e whatsapp) também podem ser utilizadas para agilizar a comunicação entre as Partes.

6. ESTIMATIVA DE PREÇO

6.1. O valor total estimado da presente licitação é de **até R\$ 54.055,20 (cinquenta e quatro mil, e cinquenta e cinco reais, e vinte centavos)**, conforme detalhado na planilha do Anexo III (Estimativa de Preço).

6.2. O valor estimado apresentado neste tópico não constitui qualquer compromisso de realização de consumo para o CONTRATANTE. O valor a ser pago na execução contratual corresponderá ao dos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, demandados mediante Ordem de Serviço (O.S.) – Anexo VI.

6.3. Para os fins do disposto na Cláusula Sexta (DO REAJUSTE DE PREÇOS) do Anexo VII do Edital (Minuta de Contrato), a data base do orçamento estimado da presente contratação é o dia 26.12.2023, conforme orientação do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2023.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos produtos.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. O LICITANTE será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor estimado para a contratação, a saber:

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame: multa de 12% (doze por cento);

8.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

8.1.5. fraudar a licitação: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 15% (quinze por cento);

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item anterior desta cláusula as seguintes sanções:

8.2.1. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública** direta e indireta do Distrito Federal, por até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.1 ao 8.1.3 desta cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei 14.133/2021); e

8.2.2. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública

direta e indireta de todos os entes federativos, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.4 ao 8.1.8 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.1 ao 8.1.3 também do presente tópico, quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a do Item 8.2.1 (§5º do art. 156 da Lei 14.133/2021).

8.3. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo TCDF, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pelo LICITANTE mediante depósito em conta corrente do TCDF ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.4. Para dar efetividade à aplicação à(s) multa(s) administrativa(s) prevista(s) no item 8.1, fica estabelecido que somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quanto for necessária além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades previstas nos itens 8.2.1 e 8.2.2.

8.5. Na aplicação das sanções previstas neste tópico 8 serão observadas as disposições constantes nos arts. 156 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Outras disposições que tratam sobre SANÇÕES APLICÁVEIS constam de CLÁUSULA do Anexo VII do Edital (Minuta do Contrato).

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO por Item** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2. O serviço objeto do presente Instrumento possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos em Edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser contratado por meio de **Pregão Eletrônico** (art. 29 e art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.3. No valor apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado, como também

transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Prestador.

10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. O presente Termo de Referência possui fundamento nos normativos abaixo relacionados e nos que vierem a substituí-los, desde que preservados os interesses da Administração e o seu direito de avaliação da conveniência e oportunidade:

- 10.1.1. Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 9.610/1998;
- 10.1.2. Leis Distritais nº 4.770/2012 e nº 6.679/2020;
- 10.1.3. Decreto Distrital nº 44.330/2023;
- 10.1.4. Resolução TCDF nº 273/2014; e
- 10.1.5. Instrução TCDF nº 3/1997.

11. DOS ANEXOS

- 11.1. Anexo II – Especificações Técnicas;
- 11.2. Anexo III – Estimativa de Preço;
- 11.3. Anexo IV – Modelo da Proposta de Preço;
- 11.4. Anexo V – Modelo de Cessão de Direitos Autorais;
- 11.5. Anexo VI – Modelo da Ordem de Serviço (O.S.);
- 11.6. Anexo VII – Minuta do Contrato.

12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. São responsáveis pelo presente Termo de Referência a Chefa da Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) e o Supervisor-Substituto da Supervisão de Planejamento da Contratação (SPC).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA

1. DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

1.1. A cobertura fotográfica de qualquer evento, ação institucional ou atividade indicada pela ASCOM será realizada mediante captação de imagens com equipamento profissional próprio da CONTRATADA.

1.2. Os serviços serão executados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 20h, e, eventualmente, em período noturno, finais de semana e feriados, nos locais e nas condições estipuladas pela ASCOM.

1.3. Caso a prestação do serviço seja fora do TCDF, a ASCOM e/ou o Cerimonial do Tribunal ficarão responsáveis por providenciar o acesso dos profissionais aos locais para a prestação dos serviços.

1.4. Os serviços serão solicitados à CONTRATADA por escrito, com antecedência mínima de 04 (quatro) horas, mediante Ordem de Serviço (O.S.) emitido pelo representante do TCDF, contendo a data, a hora e o local da cobertura, podendo também ser encaminhada solicitação por outro meio de comunicação.

1.4.1. Observada a data designada na Ordem de Serviço (O.S.) enviada, o TCDF poderá alterar o evento e/ou as características da cobertura fotográfica, não caracterizando hipótese de registro de nova saída.

1.4.2. O CONTRATANTE poderá cancelar, com até 02 (duas) horas de antecedência do evento, os serviços de cobertura fotográfica. Caso em que a CONTRATADA não fará jus à percepção de quaisquer valores.

1.4.3. Caso o evento seja cancelado com menos de duas horas do início previsto, a CONTRATADA fará jus a 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente à saída.

1.5. A CONTRATADA deverá indicar um funcionário especializado, com o respectivo número de telefone, para contato imediato, com o objetivo de atender aos serviços excepcionais e urgentes solicitados pela ASCOM nos fins de semana e feriados, ou fora do horário normal de expediente.

1.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar seus profissionais com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos do horário previsto para o início do evento, no local indicado pela ASCOM, bem como enviar, por e-mail, os dados pessoais do(s) profissional(ais) destacado(s) para o atendimento do serviço (nome, RG e telefone).

1.5.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE e-mail e telefone para contato e ainda dispor de meio para armazenamento em nuvem para compartilhar arquivos com o CONTRATANTE.

1.5.3. A CONTRATADA deverá manter pessoal e equipamento fotográfico em quantidades suficientes para cobrir os eventos das pautas que poderão ocorrer simultaneamente em locais diferentes, sendo considerado cada profissional individualmente para efeito de remuneração da saída profissional.

1.5.4. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas de execução dos serviços, incluída a utilização de equipamentos e materiais de consumo, além das despesas com transporte até o local de realização do evento.

1.6. Para realização dos serviços, a contagem do tempo do serviço será feita a partir da hora marcada para o início do evento, obrigando-se o profissional à pontualidade quanto aos preparativos para o bom desempenho e a qualidade do serviço.

1.6.1. Durante a realização dos serviços, o profissional ficará à disposição da ASCOM para cumprimento das pautas indicadas dentro do respectivo período, devendo cumprir os horários na sua integralidade.

1.6.2. Considera-se saída profissional o deslocamento do profissional para cobertura fotográfica em atendimento à Ordem de Serviço (OS) expedida pela Ascom, por período de até 4 (quatro) horas, contadas do início do horário previsto para o evento.

1.6.3. Poderá ser contabilizada mais de uma saída por evento, caso ele ultrapasse 4 (quatro) horas de duração.

1.6.4. Cada evento será considerado uma saída profissional, salvo quando realizado nas dependências do mesmo Órgão.

1.7. Cada saída para registro fotográfico deverá gerar um mínimo de 50 (cinquenta) fotos, em enquadramentos diversos, podendo a quantidade ser menor, a depender da característica

do evento.

1.7.1. Após o término do evento, a CONTRATADA deverá disponibilizar à ASCOM, de imediato, pelo menos 3 (três) fotos digitais de boa qualidade.

1.7.2. As demais fotos deverão ser entregues em até 2 (duas) horas após o término do evento. Essas fotos serão selecionadas, tratadas e encaminhadas no formato JPEG, com largura de 45cm e altura de 30cm, resolução de 300dpi's e qualidade de imagem máxima 12 (doze) pontos.

1.7.3. Eventualmente, a ASCOM poderá solicitar edição mais detalhada de fotos, as quais poderão ser entregues em prazo a combinar, contado em dias.

1.8. As fotografias deverão ser produzidas em alta resolução, de modo a permitir grandes ampliações sem perda de qualidade, por câmera fotográfica digital reflex Full-Frame; com resolução mínima de 18 (dezoito) megapixels; com a utilização de lentes claras de alta performance; aberturas 1.4, 1.8, 2.8 e 3.5; zoom 16-35 mm, 17-35 mm ou assemelhadas; 70-200 mm, 70-300 mm, 400 e 600 mm; lentes grandes angulares, incluindo fisheye+; tripés para câmeras e peças de iluminação de estúdio com os respectivos acessórios, compatíveis com o trabalho profissional.

1.9. Os arquivos digitais das imagens produzidas deverão ser gravados em pen drive do CONTRATANTE ou disponibilizados, por meio de link, na nuvem, para a ASCOM.

1.9.1. Todos os arquivos constantes nos dispositivos de armazenamento (pen drives), e na nuvem, deverão ser nomeados e descritos conforme os padrões estabelecidos pela ASCOM, com os seguintes elementos:

1.9.1.1. identificação do evento, local, data, assunto, descrição da foto;

1.9.1.2. identificação dos personagens que compõem a foto e respectivas posições;

1.9.1.3. nome do fotógrafo (autor da imagem) e outras informações, caso necessário.

1.9.2. No ato de seleção, deverão ser descartadas, pela CONTRATADA, as imagens sem qualidade, desfocadas, tremidas, com enquadramento inadequado ou

qualquer impropriedade perceptível.

1.9.3. O tempo dispendido para seleção, tratamento e entrega dos arquivos digitais não será, de forma alguma, computada como saída.

1.9.4. O pen drive será disponibilizado pelo CONTRATANTE para que seja realizada a transferência de arquivos, devendo ser devolvido após o procedimento, ou alternativamente esses arquivos poderão ser disponibilizados via link de armazenamento na nuvem.

1.10. As fotografias de autoridades que poderão vir a compor o Mural de Retratos da Corte serão feitas em estúdio, ou em local determinado pela ASCOM, coloridas e em preto e branco, com iluminação especial, sombrinhas fotográficas e fundo profissional (nas cores preta e branca) próprio para retratos em estúdio, fornecidos pela CONTRATADA.

1.10.1. A realização de fotografias de autoridades nesse formato será contabilizada como saída de cobertura fotográfica de até 4 (quatro) horas.

1.10.2. O tratamento das fotos é de responsabilidade da CONTRATADA e devem ser feitos com a utilização de software atualizado (Photoshop, Lightroom ou outros de mesmo nível técnico ou superior), para tratamento/edição de imagens específico para fotografias, de propriedade da CONTRATADA.

1.10.3. É vedada toda e qualquer manipulação que inclua ou exclua elementos ou pessoas de forma que altere a substância da imagem original, com exceção de solicitação expressa do CONTRATANTE para este fim.

1.11. Todo material produzido na execução deste contrato deverá seguir padrão de qualidade profissional. Nas fotografias, serão considerados aspectos técnicos como enquadramento, iluminação, definição da imagem, temperatura de cor e exposição; e aspectos subjetivos, como habilidade do profissional em registrar os momentos mais importantes dos eventos, capacidade de síntese e noções de direção de fotografia.

1.12. Todas as imagens registradas durante a cobertura dos eventos deverão ser repassadas à ASCOM, considerando-se falta grave, passível de multa e rompimento contratual, a disponibilização e/ou comercialização de qualquer imagem pela CONTRATADA, em consonância com o disposto no item 1.28. deste Anexo.

1.13. A CONTRATADA deverá refazer o serviço, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou em prazo maior a ser autorizado pela ASCOM, em conformidade com a agenda disponível.

1.13.1. Caso não seja possível refazer as imagens, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades descritas no CONTRATO e demais anexos.

1.14. Ficará a cargo da ASCOM a verificação da qualidade do serviço entregue, cujo produto poderá ser recusado, implicando, desde que seja possível, a substituição do serviço, julgado inadequado pelo CONTRATANTE.

1.15. Todos os direitos autorais de imagem, consectários, patrimoniais e demais resultados dos trabalhos intelectuais e/ou artísticos decorrentes da execução dos serviços previstos no Termo de Referência e demais anexos serão de propriedade exclusiva do TCDF, que poderá utilizá-las livremente.

1.15.1. Em decorrência da condição aqui estabelecida, ao aceitar a presente contratação, a CONTRATADA declara, previamente, abdicar dos direitos autorais sobre as produções resultantes da prestação dos serviços e de quaisquer outros direitos e benefícios decorrentes.

1.15.2. Fica vedada à CONTRATADA qualquer utilização, para quaisquer fins e sob qualquer pretexto, do material fornecido ou produzido.

2. DAS ATRIBUIÇÕES DO REPÓRTER-FOTOGRAFICO

2.1. Atender à demanda de cobertura fotográfica de eventos de interesse do TCDF, dentro e fora das dependências do Tribunal, bem como em outras localidades do Distrito Federal pautadas pela ASCOM, que fará o controle e a triagem dos eventos das pautas.

2.2. Operar câmera fotográfica digital profissional e acessórios, os equipamentos de iluminação de estúdio e de medição de luz, com domínio e destreza.

2.3. Receber, controlar e transportar os materiais e equipamentos indispensáveis à execução do trabalho.

2.4. Verificar as condições de uso dos equipamentos fotográficos para que os

equipamentos estejam sempre disponíveis para o uso.

2.5. Prestar contas das atividades desenvolvidas dentro dos prazos estabelecidos pela ASCOM.

2.6. Selecionar, editar, catalogar e arquivar fotografias dentro dos padrões estabelecidos pela ASCOM.

2.7. Enviar arquivos fotográficos, quando solicitado e autorizado.

2.8. Operar programas de edição e tratamento de imagens como: Adobe Photoshop e Photoshop Lightroom, ou outros programas equivalentes.

2.9. Executar demais atividades correlatas à função.

2.10. Apresentar documento em que renuncia aos direitos patrimoniais das imagens em favor do TCDF.

2.11. Cada fotógrafo autorizado para a realização do serviço deverá apresentar documento cedendo os direitos autorais e patrimoniais das imagens produzidas no âmbito do CONTRATO, em favor do TCDF, conforme Anexo V (Modelo de Cessão de Direitos Autorais).

3. DA QUALIFICAÇÃO EXIGIDA PARA O REPORTER-FOTOGRAFICO

3.1. Escolaridade mínima: nível médio completo ou curso técnico equivalente, comprovado mediante apresentação de cópia autenticada do certificado ou diploma, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida pelo MEC.

3.2. Conhecimento técnico na operação de equipamentos fotográficos digitais profissionais.

3.3. Domínio das técnicas de iluminação externa, interna e em estúdio.

3.4. Experiência comprovada como repórter fotográfico, incluindo o registro de imagens institucionais ou corporativas.

3.5. Domínio no uso de programas de edição e tratamento de imagens com o Adobe Photoshop e Photoshop Lightroom, ou outros programas equivalentes.

3.6. Aptidão, descrição, destreza e responsabilidade na execução de suas atribuições.

4. DA ACEITABILIDADE DOS PROFISSIONAIS QUE PRESTARÃO SERVIÇOS

4.1. A CONTRATADA deverá designar para análise prévia, no mínimo, 2 (dois) profissionais responsáveis pelo atendimento às demandas do TCDF, devendo ainda apresentar à unidade responsável pela gestão do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, ficha individual de todos os profissionais que prestarão serviços para o TCDF, com dados atualizados, em pasta contendo toda a identificação do profissional (currículo; foto; endereço; telefone de contato; portfólio com pelo menos 25 (vinte e cinco) fotografias de trabalhos recentes e de temas variados e cópia dos seguintes documentos: comprovante de escolaridade, comprovante de experiência e qualificação profissional, registro profissional e certidões negativas de antecedentes criminais).

4.2. Os respectivos portfólios passarão pelo crivo da ASCOM, que poderá recusar o profissional indicado pela CONTRATADA, caso a qualidade do material apresentado não esteja de acordo com as especificações exigidas.

4.3. Caso a CONTRATADA venha substituir um ou mais profissionais prestadores de serviço para o TCDF, esta deverá comunicar, de imediato, por escrito, o fato ao executor do contrato, devendo apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, toda a documentação referida neste tópico.

5. DA VESTIMENTA

5.1. Quando da execução dos serviços, os profissionais deverão apresentar-se vestidos de forma condizente com o serviço e o ambiente de sua realização, observando as orientações da ASCOM.

6. DOS QUANTITATIVOS

6.1. A solicitação a ser feita pelo CONTRATANTE referir-se-á a número de saídas, mediante a expedição da respectiva Ordem de Serviço (O.S.).

6.2. Cada saída equivale a até 4 (quatro) horas de prestação de serviços.

6.3. Sem qualquer caráter vinculativo, estimam-se até 60 (sessenta) saídas para os

serviços de fotografia, durante a execução contratual.

6.4. O valor do serviço a ser pago será contabilizado pelo número de saídas realizadas no decurso do mês em referência, multiplicado pelo respectivo preço unitário da saída profissional, deduzidos os valores referentes ao ajuste de pagamento decorrente do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR e de eventuais multas aplicadas.

7. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar o fotógrafo com um conjunto de equipamentos (em perfeito estado e funcionalidades operacionais em condições de uso) para cobertura fotográfica demandada pelo CONTRATANTE, contendo, no mínimo:

- 7.1.1. Câmera fotográfica digital reflex Full-Frame profissional de, pelo menos, 18 megapixels e que tenha contato PC;
- 7.1.2. Grip battery pack para câmera fotográfica;
- 7.1.3. Lente Objetiva 1: lente zoom de distância focal 16-35mm ou 17-35mm da mesma marca da câmera fotográfica especificada, com abertura máxima de, pelo menos, F/2.8 ao longo de toda a variação de zoom;
- 7.1.4. Lente Objetiva 2: lente zoom de distância focal 70-200mm, da mesma marca da câmera fotográfica especificada, com abertura máxima de, pelo menos, F/2.8 ao longo de toda a variação de zoom;
- 7.1.5. Flash: flash de montagem de sapata, da mesma marca da câmera fotográfica especificada; número guia de pelo menos 40; modos de exposição TTL e manual; potência variável; cabeça de rebatimento; cabeça giratória; e conexão para uso com battery pack externo;
- 7.1.6. Battery pack externo para flash, compatível com o flash acima;
- 7.1.7. Bateria para câmera fotográfica, da mesma marca da câmera especificada: 04 (quatro) unidades (duas para serem usadas no Grip battery pack e duas para servir de reserva);
- 7.1.8. Carregador de bateria, compatível com a bateria acima;

7.1.9. Cartão de memória de pelo menos 16 GB, com velocidade de gravação e leitura de pelos menos 45 megabytes por segundo, compatível com a câmera descrita: 02 (duas) unidades;

7.1.10. Leitor de cartões, com conexão USB, com entrada para o cartão usado na câmera descrita;

7.2. Constitui obrigação da CONTRATADA disponibilizar os equipamentos estabelecidos neste tópico, no início da prestação do serviço.

8. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

8.1. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento em função de eventuais insuficiências de desempenho.

8.2. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração ajustará o valor da remuneração devida à CONTRATADA, conforme a graduação estabelecida na tabela abaixo.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR) DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
1. Finalidade	Garantir que as fotografias disponibilizadas tenham a qualidade, a quantidade e o formato exigidos contratualmente.
2. Meta a cumprir	Obter o registro fotográfico de eventos na qualidade, quantidade e formato exigidos contratualmente e de acordo com a orientação do CONTRATANTE.
3. Instrumento de medição	Material fornecido com enquadramento e nitidez ideal, contendo, pelo menos, registro de todas as autoridades da mesa, do público em geral, dos homenageados, quando houver, de quem discursar, das pessoas e/ou momentos que forem indicados pela ASCOM ou pelo Cerimonial antes e/ou durante o evento.

4. Periodicidade	A cada solicitação de serviços de cobertura fotográfica de evento.
5. Mecanismo de Cálculo	<p>Em cada evento coberto, a qualidade do serviço será verificada de acordo com os seguintes critérios:</p> <p>I - Quantidade de fotos fornecidas inferior ao estabelecido na Ordem de Serviço (O.S.) = 1 (um) ponto, por evento;</p> <p>II - Foto com enquadramento inadequado e/ou sem nitidez = 2 (dois) pontos, por evento;</p> <p>III - Profissional apresentar-se sem portar os equipamentos necessários para o serviço = 2 (dois) pontos, por evento.</p> <p>IV - Ausência de fotos de autoridades ou personalidades participantes da mesa ou do evento no momento solicitado pela ASCOM/Cerimonial = 3 (três) pontos, por evento.</p>
6. Faixa de Ajuste no Pagamento	<p>Será definida pela soma das pontuações das ocorrências constantes no “Item 5. Mecanismo de Cálculo” deste IMR:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ 1 (um) ponto = redução em 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço (O.S.);➤ 2 (dois) pontos = redução em 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço (O.S.);➤ 3 ou mais pontos = redução 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço (O.S.).
7. Sanções	A prestação inadequada do serviço repetida por mais de 3 (três) eventos, em algum quesito do “Item 5. Mecanismo de Cálculo”, poderá ensejar extinção do contrato e aplicações de sanções.

8.3. A aplicação do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e demais anexos.

8.4. Ocorrerá, ainda, a retenção no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades contratadas com a qualidade mínima exigida.

8.5. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, fica a critério do TCDF modificar o horário dos eventos que se realizarão, o qual será devidamente informado



Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.
SELIC - Serviço de Licitação

TCDF – SELIP/SELIC
Proc. 7144/2023-13.
Veridiana

Pág. 45 de 68

à CONTRATADA.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

ANEXO III - ESTIMATIVA DE PREÇO

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	60	saída	SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA , sob demanda, em eventos e ações institucionais (palestras, seminários, congressos, capacitações, reuniões, solenidades, sessões especiais), para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do distrito Federal - TCDF, conforme as especificações do Anexo II (Especificações Técnicas).	900,92	54.055,20
Valor Total Estimado da Licitação (R\$)					54.055,20



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024
ANEXO IV - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

[NOME DO PROPONENTE], CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preço para a prestação de serviços de fotografia, para o atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conforme abaixo:

Item	Qtd	Und	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	60	saídas	SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA , sob demanda, em eventos e ações institucionais (palestras, seminários, congressos, capacitações, reuniões, solenidades, sessões especiais), para o atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do distrito Federal - TCDF, conforme as especificações do Anexo II (Especificações Técnicas).	(*)	
Valor Total (R\$)					

(*) Valor a ser lançado no Sistema de Compras do Governo Federal: [Compras.gov.br](https://compras.gov.br).

Declaração - A [nome da proponente] declara que:

- 1) Atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 (Sustentabilidade Ambiental);
- 2) O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos da data de realização do certame;
- 3) Tem ciência e que cumprirá os prazos estabelecidos no Anexo II (Especificações Técnicas) para a prestação dos serviços;
- 4) Disponibilizará os equipamentos relacionados no item 7.1 do Anexo II (Especificações



Técnicas) no início da prestação do serviço;

- 5) Está ciente do disposto no item 4.2.5 do Anexo I (Termo de Referência), acerca da exigência prevista no art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020, que trata da garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

ANEXO V – MODELO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Pelo presente instrumento, **NOME CEDENTE**, nacionalidade, estado civil, profissão, telefone nº____, e-mail ____, portador (a) do RG inscrito sob nº ____, expedido por ____, do CPF inscrito sob o nº ____, residente e domiciliado em ____ (endereço completo). doravante denominado CEDENTE, e o TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, também denominado TCDF, CNPJ nº ____ , telefone nº____, e-mail ____, com sede em ____ (endereço completo), neste ato representado por NOME do representante, portador (a) do CPF inscrito sob o nº ____, RG inscrito sob nº ____, expedido por ____, doravante denominado CESSIONÁRIO, celebram a presente Cessão de Direitos Autorais, sob a regência da Lei nº 9.610/1998, mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas que, voluntariamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 No âmbito da presente cessão, seu objeto será denominado “OBRA”, sendo todas as obras intelectuais a serem produzidas sob autoria de ____, constituídas durante a prestação dos serviços relativos ao Contrato TCDF nº ____.

1.2 O(A) CEDENTE se declara ser o(a) titular dos direitos autorais da “OBRA” descrita, assumindo, portanto, o(a) CEDENTE, a responsabilidade de manter o CESSIONÁRIO imune aos efeitos de qualquer eventual reivindicação fundada na autoria da “OBRA”.

1.3 Assim, por meio dessa cessão, que firmam entre si, o(a) CEDENTE cede os direitos autorais da “OBRA”, em sua totalidade, definitivamente, gratuitamente, podendo ser explorada como bem convier ao CESSIONÁRIO.

1.3.1 Da mesma forma, fica o CESSIONÁRIO autorizado a promover quantas edições, totais ou parciais, se fizerem necessárias e em qualquer número de exemplares, bem como sua distribuição, inclusive no que se refere à circulação nacional ou estrangeira, ao meio ou material utilizado no armazenamento ou veiculação da OBRA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO DA OBRA (SE HOUVER COAUTORIA)

2.1 O CESSIONÁRIO reconhece que as obras intelectuais foram feitas em regime de coautoria e que, se elas não forem divisíveis, não poderá publicá-las ou autorizar sua publicação sem o consentimento de todos os co-autores, sob pena de perdas e danos, exceto nos casos de publicação de coleção das obras completas do autor, nos termos do artigo 32 da Lei nº 9.610/1998.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O(A) CEDENTE declara ter cedido a OBRA para o CESSIONÁRIO a título gratuito, sem que disso seja devida ao(a) CEDENTE qualquer remuneração, reembolso, compensação, encargo ou serviço de qualquer natureza, tendo em vista que a presente cessão se encontra vinculada ao contrato administrativo CT TCDF nº _____.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 A cessão dos direitos autorais patrimoniais vigorará em caráter definitivo ao CESSIONÁRIO, a partir da data de assinatura deste Instrumento.

4.2 Ocorrerá a resolução de pleno direito do contrato quando os direitos autorais caírem em domínio público, isto é, após setenta anos contados de 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua divulgação, conforme o artigo 44, da Lei nº 9.610/1998.

4.3 Quando a obra cair em domínio público poderá ser publicada livremente, ressalvada a observância aos direitos morais.

CLÁUSULA QUINTA – DO TERRITÓRIO DE VALIDADE DA CESSÃO

5.1 A cessão dos direitos autorais patrimoniais sobre a “OBRA” terá validade em todo o Território Nacional.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS MORAIS DE AUTOR

6.1 O CESSIONÁRIO declara estar ciente de que o autor, titular originário dos direitos autorais, mantém, por força do artigo 24 da Lei nº 9.610/1998, os seus direitos morais de autor, quais sejam:

6.1.1 o direito de reivindicar a autoria da obra a qualquer tempo;

6.1.2 o direito de ser citado como fonte de criação da obra, mesmo após o domínio público;

- 6.1.3 o direito de manter a integridade da obra e opor-se a qualquer modificação;
- 6.1.4 o direito de decidir pela publicidade ou não da obra;
- 6.1.5 o direito de retirar a obra de circulação ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;
- 6.1.6 o direito de modificar a obra antes ou depois de utilizada;
- 6.1.7 o direito de ter acesso a exemplar único e raro da obra.
- 6.2 Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos de:
 - 6.2.1 reivindicar a autoria da obra a qualquer tempo;
 - 6.2.2 ser citado como fonte de criação da obra, mesmo após o domínio público;
 - 6.2.3 manter a integridade da obra e opor-se a qualquer modificação; e
 - 6.2.4 decidir pela publicidade ou não da obra.
- 6.3 O exercício dos direitos de retirada da obra de circulação, modificação da obra ou o acesso a exemplar único e raro da obra, se causarem dano ou prejuízo ao CESSIONÁRIO, gerará ao autor o dever de indenizar, dentro dos limites da lei e consoante cláusula penal constante nesta cessão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS PATRIMONIAIS

- 7.1 O presente ato prevê a cessão dos direitos patrimoniais do(a) CEDENTE ao CESSIONÁRIO para os fins de divulgação institucional, nos limites previstos neste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

- 8.1 O(A) CEDENTE e o CESSIONÁRIO se comprometem com as cláusulas e obrigações constantes deste Instrumento particular de cessão de direitos autorais.
- 8.2 São obrigações do(a) CEDENTE:
 - 8.2.1 ceder os direitos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, na data e prazo estipulados nesta cessão;

8.2.2 informar o CESSIONÁRIO sobre quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais ou quaisquer outros fatos, ações ou medidas administrativas que possam atingir os direitos patrimoniais objeto desta cessão;

8.2.3 realizar as diligências e prestar toda assistência necessária ao CESSIONÁRIO para que esse possa se valer dos direitos autorais cedidos, na forma e para as finalidade previstas neste contrato, por exemplo, caso o CESSIONÁRIO, por questões referentes a direitos sobre a “OBRA” ou direitos nela incluídos, vir a ser acionado judicialmente ou não consiga se valer dos direitos autorais cedidos diante de eventual reivindicação apresentada por terceiros, o(a) CEDENTE deverá colaborar para a defesa do CESSIONÁRIO e/ou deverá adotar, a suas expensas, todas as providências necessárias para assegurar ao CESSIONÁRIO o exercício de seus direitos;

8.2.4 responsabilizar-se a responder por todos e quaisquer danos causados ao CESSIONÁRIO e a terceiros em decorrência da violação de quaisquer direitos, inclusive de propriedade intelectual;

8.2.5 assumir ampla e total responsabilidade civil e penal, quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da “OBRA”.

8.3 São obrigações do CESSIONÁRIO:

8.3.1 adimplir suas obrigações no tempo e no modo acordados nessa cessão;

8.3.2 fornecer todos os documentos pessoais necessários à cessão;

8.3.3 exercer os direitos autorais unicamente nas modalidades expressas no presente instrumento respeitando os prazos e demais limitações fixadas pelas partes.

CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS AUTORAIS

9.1 É permitido ao CESSIONÁRIO transferir os direitos derivados da presente cessão a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 Todas as obrigações assumidas neste instrumento são irrevogáveis e irretratáveis.



10.2 Em caso de óbito do(a) CEDENTE, os direitos e obrigações da presente cessão serão transferidas a seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título;

10.3 A cessão poderá ser, porém, rescindido de pleno direito, entre outras hipóteses previstas neste instrumento e na legislação cabível.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Em caso de descumprimento dos dispositivos contidos neste Instrumento, a parte infratora deverá pagar à outra multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços prestados para cumprimento da Ordem de Serviço (O.S.) relativa ao Contrato TCDF nº ____, bem como indenização por eventuais perdas e danos.

11.2 A mera tolerância de uma das partes em relação ao cumprimento das obrigações determinadas neste instrumento não importa em renúncia, perdão, novação ou alteração da norma infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGISTRO

12.1 O CESSIONÁRIO poderá, ainda, averbar a presente cessão à margem do registro a que se refere o artigo 19 da Lei nº 9.610/1998, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento de cessão ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos ou, ainda, junto a outros órgãos especializados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao cumprimento desta cessão.

13.2 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente instrumento, do qual se extraíram 02 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, ____ de _____ de 2024.

Nome de quem está cedendo os direitos autorais



Nome de quem está recebendo os direitos autorais

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024
ANEXO VI - MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	ORDEM DE SERVIÇO
	Contrato nº
	O.S. nº

1. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

2. PRAZO PARA EXECUÇÃO

Período de execução	Data/hora do pedido	Data/hora de entrega

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

4. CUSTOS

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
Valor Total da O.S. (R\$)			

5. ANEXOS

Documento(s)	Identificação

Brasília-DF, ____, de _____ de 202__.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024
ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº ____/2024 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA _____
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
FOTOGRAFIA (PROCESSO Nº 00600-
00007144/2023-13).**

Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado, na forma do seu Regimento Interno e Portaria - TCDF nº 15, de 06 de janeiro de 2023, artigo 1º, inciso XV, pelo seu _____, Sr. _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a _____, com sede no _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, Sr(a) _____, RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fotografia, sob demanda, em eventos e ações institucionais (palestras, seminários, congressos, capacitações, reuniões, solenidades, sessões especiais etc), para o atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de acordo com as especificações e condições previstas no presente Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024 e a proposta da CONTRATADA.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão executados de forma indireta pelo regime de empreitada por preço unitário, sob demanda, mediante a emissão de Ordem de Serviço (O.S.) pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência e execução deste contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável sucessivamente, caso haja interesse do CONTRATANTE, desde que mantidas as condições exigidas na habilitação e os preços permanecerem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, consoante ao disposto nos arts. 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os prazos e as condições de prestação dos serviços estão descritos no Anexo II – Especificações Técnicas dos Serviços de Fotografia constante do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2024.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. O valor total estimado deste Contrato é de até R\$ ____ (____), a ser pago de forma parcelada, conforme saídas executas no período apurado, ao valor unitário de R\$ ____ (____), sob demanda, conforme proposta de preço da CONTRATADA.

5.1.1 Tendo em vista o modelo de gestão contratual por desempenho/resultados adotado, o valor final da fatura, a ser pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, será variável de acordo com os níveis de serviços exigidos, conforme previsão constante do Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024.

5.1.2 O valor total estimado apresentado no item anterior não constitui qualquer compromisso de realização de consumo para o CONTRATANTE de forma que venha exauri-lo durante a vigência do contrato. O valor a ser pago na execução contratual corresponderá ao dos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, sob demanda.

5.2. A despesa correrá à conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE.

5.3. Todas as despesas com os tributos, taxas, embalagens, obrigações sociais, previdenciárias, trabalhistas e fiscais, materiais, frete, deslocamento de pessoas e materiais, seguro, licenças para uso de programas de informática, inclusive de edição e tratamento de imagens e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste contrato, inclusive envio de exemplares em demonstração e eventual devolução daquelas que não forem de interesse do CONTRATANTE, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Em conformidade com o §7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, o valor referido na Cláusula Quinta (item 5.1), poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, contados a partir da data do orçamento estimativo previsto no Termo de Referência nº 64/2023, observado o disposto no item 3.1, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

Em que:

R = valor do reajustamento;

V = valor do contrato;

I₁ = nº índice do IPCA relativo à data em que o contrato completar o aniversário do orçamento estimado;

I₀ = nº índice do IPCA relativo à data do orçamento estimado;

6.2. Para cálculo de I₁, será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

Em que:

I₁ = nº índice do IPCA relativo à data em que o contrato completar o aniversário do

orçamento estimado;

IA = nº índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;

IB = nº índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário do orçamento estimado;

D1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.

6.3. Para cálculo do I_0 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left(\frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

Em que:

I_0 = nº índice do IPCA relativo à data do orçamento estimado;

I_C = nº índice do IPCA do mês anterior ao da data do orçamento estimado;

I_D = nº índice do IPCA do mês do orçamento estimado;

d_0 = nº de dias decorridos entre o início do mês do orçamento estimado e a data do orçamento estimado;

D_0 = nº de dias corridos do mês do orçamento estimado.

6.4. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à CONTRATADA efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.

6.5. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.6. Os reajustes do preço do serviço aos quais a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

6.7. Os reajustes previstos na presente Cláusula serão formalizados por Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizadas por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas oriundas da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CONTRATANTE, na natureza de despesa _____, classificação funcional-programática _____ e fonte de recursos _____.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

8.1.1. Receber o objeto contratado nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA deste contrato;

8.1.2. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, mediante Nota Fiscal devidamente atestada; e

8.1.3. Cumprir as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº __/ 2024 e em seus Anexos.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

9.1.1. Prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões de qualidade exigidos pela Administração;

9.1.2. Cumprir as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024 e em seus Anexos, bem como na proposta apresentada;

9.1.3. Cumprir as orientações do fiscal/executor do contrato; e

9.1.4. Ressarcir ao CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração em decorrência da execução dos serviços.

9.2. Pela não apresentação da documentação prevista no inciso II do art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020 no prazo previsto naquele artigo, a CONTRATADA se obriga a implementar, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato, o plano já apresentado para adoção daquelas ações, rescisão do contrato e demais consequências legais, conforme Anexo ao presente instrumento.

9.3. A CONTRATADA fica obrigada a manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por comissão ou servidor do CONTRATANTE, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução DGA - TCDF nº 3, de 22/12/1997, devendo ser franqueado à CONTRATADA o livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e às informações sobre o contrato.

10.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

10.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

10.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas;
e

10.3.2. Sustar quaisquer serviços prestados que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste instrumento e nos demais anexos, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações e a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

10.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do objeto deverão ser autorizadas pela autoridade competente do CONTRATANTE em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Não foi exigida a garantia contratual prevista no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021 para proceder à assinatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Cumpridas as obrigações contratuais, a CONTRATADA emitirá a nota fiscal correspondente, sendo o objeto recebido pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

12.1.1. **PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, por servidor ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, referente à parcela da obrigação contratual cumprida, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as exigências contratuais; e

12.1.2. **DEFINITIVAMENTE**, ao término da execução contratual, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, após o decurso do prazo de 10 (dez) dias úteis de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, devendo-se observar o disposto no artigo 119 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Em caso de conformidade do objeto executado a cada Ordem de Serviço (O.S.), o servidor ou a comissão autorizará o pagamento correspondente.

12.3. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o seu não recebimento. A CONTRATADA receberá cópia do termo detalhado para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, ficando, desde já, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento contratual, no Edital e demais anexos.

12.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA protocolizará, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, Nota Fiscal referente aos serviços prestados no mês anterior; a qual, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

13.1.1 A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal entre os dias 1º (primeiro) e 10 (dez) do mês seguinte à efetiva execução do objeto, a qual deverá ser entregue ao executor do contrato no prazo máximo de 1 (um) dia útil após emissão;

13.2. Nos termos do Protocolo ICMS nº 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (descritos no Anexo Único do referido Protocolo), deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/2005, de 30/09/2005, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A; salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

13.3. Nos termos do art. 3º, §4º, da Portaria nº 403/2009 da então Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, em substituição à Nota Fiscal modelo 3, aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

13.4. Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada previamente a regularidade da CONTRATADA perante as Fazendas do Distrito Federal e Nacional, a Caixa Econômica Federal (quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), e a Justiça do Trabalho (por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação

das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as certidões apresentadas na habilitação estejam vencidas.

13.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será sustado, ou suspenso, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias; não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus contra o CONTRATANTE.

13.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 13.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getulio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

13.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

13.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o serviço fornecido seja rejeitado pela fiscalização do contrato; circunstância em que deverá ser refeito pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização.

13.9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor da contratação, a saber (art. 156 da Lei 14.133/2021):

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de 12% (doze por cento);

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração,

ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 15% (quinze por cento);

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato: multa de 20% (vinte por cento);

14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 11% (onze por cento);

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 15% (quinze por cento);

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

14.1.9. Nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora:

14.1.9.1. de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da fatura, por hora de atraso, nos casos de descumprimentos de prazos contados em horas de execução, não ultrapassando o limite de 9% (nove por cento) sobre aquele valor.

14.2. Juntamente com as multas administrativas previstas no item 14.1, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item anterior desta cláusula as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, exclusivamente na hipótese da infração do Item 14.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei 14.133/2021);

14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal**, por até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 14.1.2 ao 14.1.4 desta cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei 14.133/2021); e

14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração**

Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 14.1.5 ao 14.1.8 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 14.1.2 ao 14.1.4 também desta cláusula, quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a do Item 14.2.2 (§5º do art. 156 da Lei 14.133/2021).

14.3. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

14.4. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.5. Para dar efetividade à aplicação à(s) multa(s) administrativa(s) prevista(s) no item 14.1, fica estabelecido que somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quanto for necessária além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades previstas nos itens 14.2.2 e 14.2.3.

14.6. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão observadas as disposições constantes nos arts. 156 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO

15.1. A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. No procedimento que visa à extinção do contrato será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.3. O esgotamento do valor contratual, ou quando o valor remanescente for insuficiente para a execução do contrato, acarretará a resolução contratual, sem qualquer penalidade para o CONTRATANTE ou a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL



16.1. Nos casos de extinção previstos neste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

16.1.1. Execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

16.1.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração e das multas aplicadas, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO

18.1. O teor do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024, os demais anexos e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao cumprimento deste Contrato.

19.2. Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Instrumento Contratual, do qual se extraíram 2 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, ____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE



CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
